

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

Ailton de Souza Aragão

Rede de proteção social e promoção de direitos: contribuições do
conselho tutelar para a integralidade e a intersetorialidade
(Uberaba-MG)

Ribeirão Preto
2011

AILTON DE SOUZA ARAGÃO

Rede de proteção social e promoção de direitos: contribuições do
conselho tutelar para a integralidade e a intersetorialidade
(Uberaba-MG)

Tese apresentada à Escola de Enfermagem
de Ribeirão Preto da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Doutor em
Ciências, Programa de Pós-Graduação
Enfermagem em Saúde Pública.

Linha de Pesquisa: Assistência à Criança e
ao Adolescente.

Orientadora: Profa. Dra. Maria das Graças
Bomfim Carvalho

Ribeirão Preto
2011

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Aragão, Ailton de Souza

Rede de proteção social e promoção de direitos: contribuições do conselho tutelar para a integralidade e a intersetorialidade (Uberaba-MG). Ribeirão Preto, 2011.

384p. : il. ; 30cm

Tese de Doutorado apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP. Área de Concentração: Enfermagem em Saúde Pública.

Orientadora: Carvalho, Maria das Graças Bomfim

1. Violência. 2. Políticas públicas. 3. Defesa da criança e do adolescente. 4. Participação social. 5. Ação intersetorial

ARAGÃO, Ailton de Souza

Rede de proteção social e promoção de direitos: contribuições do conselho tutelar para a integralidade e a intersetorialidade (Uberaba-MG)

Tese apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências, Programa de Pós-Graduação Enfermagem em Saúde Pública.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Agradecimentos

Agradecer é sempre uma tarefa da memória, pois esta “é uma ilha de edição”. E se tal tarefa pode ser entendida como o ato de apagar, de rabiscar, de grifar, de sublinhar, de pintar, de anotar no pé da página, de reelaborar, de acrescentar, de reconhecer a importância... Enfim, a memória reinventa o real humano e lhe atribui sempre novos significados, pois novos são os contextos dos encontros em que se compartilham saberes, experiências, conhecimentos! Assim, quero externar minha gratidão atemporal e determinante:

À Prof.^a Dr.^a Iranildes Messias, enfermeira apaixonada pelo saber-fazer ciência e por sempre expor sua confiança inabalável no ser humano rumo à sua emancipação.

À Prof.^a Dr.^a Maria das Graças que com a qual partilhei, partilho e partilharei as agruras e prazeres de superação dos desafios inerentes ao percurso que o fazer pesquisa impõe.

À companheira Rosimár que desde o início desta jornada esteve ao meu lado no turbulento processo de realização de um projeto de vida.

Mas existem outras pessoas que contribuíram para que esse trabalho pudesse se concretizar, a esses tantos sujeitos externo minha sincera gratidão!

Aos docentes do MISP com os quais integralizei os créditos junto ao PPGSP. Desses, à Prof.^a Dr.^a Maria Cecília Puntel, *in memoriam*, que estimularam os inúmeros questionamentos sobre os objetivos, pressupostos, metodologias e fundamentos que guiam esse trabalho. Agradeço, ainda, à Simone Ozanik, presente no esclarecimento e no encaminhamento de muitos processos.

Aos docentes que participaram no processo de Qualificação da Tese: Dr.^a Telma e Dr.^a Marta. Cujas contribuições teórico-metodológicas e de experiências integram as inquietações desse trabalho.

Aos colegas do PROASE, dos quais Michele, Juliana, Diene... Território de sentidos e de partilha de angústias de pesquisadores-cidadãos: promessa de apreender uma sociedade violenta, e superá-la.

Na cidade de Uberaba muitos foram – e são – os sujeitos que contribuíram com o processo de pesquisa, a Todas e a Todos minha gratidão!

Inicialmente, à Secretaria Municipal de Saúde e à Secretaria de Desenvolvimento Social que viabilizaram as visitas nas Unidades de Saúde e Centros de Referência e Assistência Social, respectivamente, para obtenção dos depoimentos dos profissionais da rede!

Aos profissionais dos CRAS's, do CREAS, das ESF's, das EMS's, da UPA, da SEDS e da SMSU da cidade de Uberaba, artesãos na manufatura da rede de proteção às crianças e aos adolescentes: missão, sempre coletiva, de desatar os nós de uma realidade cada vez mais individualista; desafiadora para o trabalho do "nós".

Aos profissionais das ONG's, sociedade civil organizada, terceiro setor, que seguem rompendo e superando desafios face à efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Com os quais pude apreender o valor da doação e da persistência; da sensibilidade e da crença nos propósitos.

Aos Conselheiros e Funcionários do Conselho Tutelar e ao Ministério Público da Criança e do Adolescente de Uberaba! Sujeitos que seguem na histórica luta para afinar os acordos comunicacionais no interior de uma rede polifônica, sem, contudo, pretender a homogeneidade e o emudecimento dos sujeitos. Exemplos de árdua luta incondicional!

Aos docentes-colegas-amigos do Departamento de Medicina Social – Luciana, Sybelle, Bel Saúde, Lúcia, Sandra Pinheiro – e do Departamento de Ciências Sociais e Humanas da UFTM – Natália, Rita e Dalbério: sujeitos que me acolheram e se colocaram sempre na torcida a cada passo dado na construção da pesquisa.

Aos amigos Eder, Mariana, Wanderley e, especialmente à Rosiane, pelos momentos em que contribuíram com a leitura crítica da realidade, no acolhimento das dúvidas, das angústias da jornada e, sobretudo, da celebração a cada salto conquistado. Momentos que foram compartilhados com a Cida e a Auara, mulher-menina que ousa a alegria.

Aos alunos de Iniciação Científica – Lucas, Elton, Mariana, Cinthia e Guilherme – com os quais partilhei as primeiras reflexões teóricas e as indagações provenientes do campo de pesquisa: o Conselho Tutelar. Às alunas Danielen e Letícia, pelas contribuições com os inúmeros depoimentos.

A família tem sido sempre um sujeito coletivo que reza e celebra a conquista de novos espaços! E na descoberta desses novos horizontes de construção do conhecimento me apoiaram: meu pai, Ediz; minha mãe, Maria Alexandre; meus irmãos: Simone e Edson. Sujeitos com os quais celebrei as superações na jornada. À d. Maria e ao Sr. Cido, meus sogros, às cunhadas Roseli e Rose: personagens que rezam os sonhos de uma vida plena de sentido, sem violências.

Enfim, à Companheira Rosimár, à qual também dedico esse projeto concretizado; mulher do tempo *kairós*; promotora de vida pelo desejo-fé! Ser humano em sua completude; do porvir prenhe de vida, semente-criança, que semeada e regada pelo valor da vida frutifique, Vida em plenitude.

Aos Seres Humanos, homens e mulheres, artífices que tecem a rede de proteção em
Uberaba...

*Pois o amor resgata a pobreza,
vence o tédio, ilumina o dia
e instaura em nossa natureza
a imperecível alegria.*

Carlos Drummond de Andrade (1996, p.53)

RESUMO

ARAGÃO, A. S. **Rede de proteção social e promoção de direitos**: contribuições do Conselho Tutelar para a integralidade e a intersetorialidade (Uberaba-MG). 2011, 384f. Tese (Doutorado). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.

As redes de proteção social encontram na concepção dos determinantes sociais de saúde denso aporte conceitual para análise e intervenção sobre as violências contra crianças e adolescentes. De um lado, essa concepção permite a compreensão integral dos indivíduos, famílias e comunidades e, de outro, a proposição de políticas públicas intersetoriais. O presente estudo objetivou conhecer e analisar sob a ótica dos sujeitos sociais (do Conselho Tutelar, profissionais de instituições de saúde e de assistência social e integrantes do judiciário) a atuação da rede de proteção social à criança e ao adolescente no município de Uberaba-MG. Os objetivos específicos consistiram em: identificar e classificar os direitos violados atendidos pelo Conselho Tutelar em relação ao Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA); caracterizar a rede de atendimento à criança e ao adolescente quando da violação de direitos e avaliar, sob a ótica dos sujeitos sociais, os avanços e desafios da rede de proteção social. Trata-se de estudo de caso desenvolvido com a triangulação de métodos. A metodologia qualitativa conduziu a coleta e a análise de 50 entrevistas semi-estruturadas com profissionais da Saúde, da Assistência Social, do Terceiro Setor e do Ministério Público. A metodologia quantitativa permitiu o tratamento dos dados de fontes secundárias (relatórios consolidados do segundo semestre de 2007 ao primeiro semestre de 2010) e seu cotejamento com a classificação do SIPIA. Do total (N= 6441) das 32 violências tipificadas pelo Conselho Tutelar, os “conflitos familiares”, que infringem do artigo 19 ao 52 do ECA, somaram, em média, 19,6%, seguidos do “comportamento irregular” (artigo 103 ao 105), com 15,3%. Nos maus-tratos, enquanto comunicações de “abandono”, “agressão”, “conflitos familiares”, “espancamento”, “maus tratos”, “omissão” e “situações de risco e irregular”, temos 41,1% dos fatos. Relativamente aos encaminhamentos (N= 8119), o serviço de psicologia do Conselho acolheu, em média, 3,5% dos fatos, seguido pelo acionamento de serviços do setor de saúde: CRIA/CAPS e CAPS-D (3,0%) e, do setor de assistência social, o CREAS acolheu 2,7%. Os depoimentos dos profissionais evidenciaram a permanência de ações fragmentadas face à agudização das vulnerabilidades e, por vezes, relações hierarquizadas entre os integrantes das redes de responsabilização, de defesa e de atendimento. As equipes dos CRAS e das ESF's indicaram o volume de demandas, a extensão dos territórios e a falta de efetividade do contra-referenciamento como obstáculos à continuidade da atenção às crianças, aos adolescentes e aos arranjos familiares nos territórios. Observou-se, também, a sedimentação do fluxo entre as instituições por ocasião dos casos agudos das violências, especialmente entre CREAS, SEDS e o Ministério Público. Verificou-se forte tendência à individualização das violências e vulnerabilidades manifesta na responsabilização do indivíduo ou da família e nas dificuldades para a estruturação de ações preventivas. O estudo demonstrou, ainda, a emergência de práticas intersetoriais na rede de proteção e a relevância da atuação do Conselho para a efetivação da intersetorialidade. Refletir sobre o *fazer* do Conselho pode subsidiar a crítica às ações focalistas e emergenciais e contribuir para o redirecionamento das políticas municipais às demandas dos diversos territórios e sujeitos.

Palavras-chave: Violência. Políticas públicas. Defesa da criança e do adolescente. Participação social. Ação intersetorial.

ABSTRACT

ARAGÃO, A. S. **Social network of protection and promotion of rights**: the contributions of Tutelary Council for integrality and intersectoral (Uberaba-Minas Gerais, Brazil). 2011, 384p. Thesis (PhD). School of Nursing of Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.

The social safety nets are in the design of social determinants of health dense conceptual input for analysis and action on violence against children and adolescents. On the one hand, this design allows a full understanding of individuals, families and communities and on the other, the proposition intersectoral public policies. This study aimed to identify and analyze from the perspective of social subjects (the Guardian Council, professionals from health and social care and members of the judiciary) the role of social safety net for children and adolescents in the municipality of Uberaba-MG . The specific objectives were: to identify and classify the rights violated by the Guardian Council met in relation to the Information System for Childhood and Adolescence (ISCA) characterize the network of services to children and teens when the violation of rights and assessment under the perspective of social subjects, advances and challenges of social safety net. It is a case study developed with the triangulation of methods. Qualitative methodology led to collection and analysis of 50 semi-structured interviews with professionals from Health, Social Assistance, the Third Sector and the Public Ministry. The methodology allowed the quantitative treatment of data from secondary sources (reports consolidated second half of 2007 to the first half of 2010) and their mutual comparison with the classification of ISCA. Of the total (N = 6441) of 32 violence typified by the Guardian Council, the "family conflicts", in breach of Article 19 to 52 of the SCA, amounted, on average, 19.6%, followed by the "erratic behavior" (Article 103 to 105), with 15.3%. In the ill-treatment, while communications "abandonment," "aggression," "family conflicts", "beating", "abuse", "omission" and "situations of risk and irregular", we have 41.1% of the facts. For referrals (N = 8119), the psychology service of the Council received an average of 3.5% of the facts, followed by the activation of services in the health sector: RCCA / CPS and PCC-AD (3.0%) and social assistance sector, 2.7% received the creases. The testimony of professionals showed the persistence of fragmented actions against the vulnerabilities and acute, sometimes hierarchical relationships between members of networks of accountability, advocacy and service. Teams of RCSA and the FHT's indicated the volume of demands, the extent of the territories and the lack of effectiveness of counter-referencing as obstacles to continuity of care for children, adolescents and family arrangements in the territories. There was also the sedimentation of the stream between the institutions during the acute cases of violence, especially among CSASR, DSD and prosecutors. There was a strong tendency to individualization of violence and vulnerability manifested in the accountability of the individual or family and the difficulties in the structuring of preventive actions. The study also shows the emergence of sector practices in the safety net and the relevance of the work of the Council for the effectiveness of intersectoral cooperation. Reflecting on the making of the Council may support the criticism of the focal and emergency actions and contribute to the diversion of municipal policies to the demands of the various territories and subjects.

Key-words: Violence. Public policies. Defense of children and adolescents. Social participation. Intersectoral action.

RESUMEM

ARAGÃO, A. S. **Red social de protección y promoción de los derechos:** las contribuciones de el Consejo de Guardianes a integridad e intersectorial (Uberaba-Minas Gerais, Brasil). 2011, 384f. Tesis (Doctorado). Escuela de Enfermería de Ribeirão Preto, Universidad de São Paulo, Ribeirão Preto, de 2011.

Las redes de seguridad social en el diseño de los determinantes sociales de la salud densa de entrada conceptual para el análisis y la acción sobre la violencia contra los niños y adolescentes. Por un lado, este diseño permite una comprensión completa de los individuos, familias y comunidades y por el otro, la proposición de políticas públicas intersectoriales. Este estudio tuvo como objetivo identificar y analizar desde la perspectiva de los sujetos sociales (el Consejo de Guardianes, los profesionales de asistencia sanitaria y social y miembros del poder judicial) el papel de la red de seguridad social para los niños y adolescentes en el municipio de Uberaba-MG. Los objetivos específicos fueron: identificar y clasificar a los derechos violados por el Consejo de Guardianes satisfecho en relación con el Sistema de Información para la Infancia y la Adolescencia (SIIA) caracterizan a la red de servicios para niños y adolescentes en la violación de los derechos y la evaluación en la perspectiva de los sujetos sociales, los avances y desafíos de la red de seguridad social. Se trata de un caso de estudio desarrollado con la triangulación de métodos. La metodología cualitativa dirigida a la recogida y análisis de 50 entrevistas semi-estructuradas con profesionales de la Salud, Asistencia Social, Tercer Sector y el Ministerio Público. La metodología permite el tratamiento cuantitativo de datos de fuentes secundarias (informes semestrales consolidados segundo trimestre de 2007 al primer semestre de 2010) y su comparación mutua con la clasificación de Sipiá. Del total (N = 6441) de 32 violencia caracterizada por el Consejo de Guardianes, los "conflictos familiares", en violación del artículo 19 a 52 de la ENA, ascendió, en promedio, un 19,6%, seguido por el "comportamiento errático" (artículo 103 a 105), con el 15,3%. En los malos tratos, mientras que las comunicaciones "abandono", "agresión", "conflictos familiares", "paliza", "abuso", "omisión" y "situaciones de riesgo e irregulares", tenemos un 41,1% de los hechos. Para referencias (N = 8119), el Servicio de Psicología del Consejo recibieron un promedio de 3,5% de los hechos, seguido por la activación de servicios en el sector de la salud: CRIA / CAP y CAPA (3,0%) y el sector de la asistencia social, el 2,7% recibió los pliegos. El testimonio de los profesionales mostraron la persistencia de acciones fragmentadas contra las vulnerabilidades y las relaciones aguda, a veces jerárquica entre los miembros de las redes de la rendición de cuentas, apoyo y servicio. Los equipos del CRAS y el del ESF se indica el volumen de demandas, la extensión de los territorios y la falta de eficacia de la lucha contra-referencia como obstáculos para la continuidad de la atención de los niños, los adolescentes y los arreglos familiares en los territorios. También estaba la sedimentación de la corriente entre las instituciones durante los casos agudos de la violencia, especialmente entre los CASRE y MDS y fiscales. Hubo una fuerte tendencia a la individualización de la violencia y la vulnerabilidad se manifiesta en la responsabilidad de la persona o la familia y las dificultades en la estructuración de las acciones preventivas. El estudio también muestra la aparición de las prácticas del sector en la red de seguridad y la pertinencia de la labor del Consejo para la eficacia de la cooperación intersectorial. Reflexionando sobre la decisiones del Consejo pueden soportar las críticas de las acciones de coordinación y de emergencia y contribuir a la desviación de las políticas municipales a las demandas de los distintos territorios y sujetos.

Palabras clave: Violencia. Las políticas públicas. Defensa de los niños y adolescentes. La participación social. La acción intersectorial.

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

